



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511  1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.  CDD 361
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam à limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925117</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>188</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>212</b>
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251120</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>246</b>
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251121</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>259</b>
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251122</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>268</b>
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251123</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>280</b>
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>292</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>293</b>

## A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES

### **Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM-ES

### **Maria José Coelho dos Santos**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM-ES – Bolsista CAPES/Brasil

### **Eliaidina Wagna Oliveira da Silva**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM-ES

### **Marcelo Plotegher Campinhos**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM-ES

### **César Albenes de Mendonça Cruz**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM-ES

**RESUMO:** O presente artigo consiste numa pesquisa bibliográfica realizada em artigos sobre a temática em revistas indexadas e livros sobre o assunto, tendo como objetivo, analisar a constituição do espaço urbano e as expressões das desigualdades sociais, no processo de urbanização da cidade de Vitória – ES, no século XX, como fator modificador do espaço urbano e social. Verificou-se que a nova dinâmica mundial tem exigido que as cidades se voltem para as questões que envolvem o seu papel na cena global de uma cidade competitiva e que deve gerar condições

de vida, de habitabilidade e de circulação, para seus residentes. Como conclusão percebeu-se, entretanto, que as cidades brasileiras, foram tragadas pelo bum do mercado imobiliário nas últimas décadas, praticamente estão com todo seu perímetro urbano ocupados pelas grandes construções imobiliárias. Gerando uma segregação do espaço urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Construção do espaço urbano. Desigualdade. Vitória.

### THE CONSTITUTION OF URBAN SPACE AND THE EXPRESSIONS OF INEQUALITY

**ABSTRACT:** This article is a bibliographic research of articles on the subject in indexed magazines and books on the subject, aiming at a reflection on the urban space and how the expression of social inequalities in the process of urbanization of the city of Vitória - ES, in the twentieth century, is a modifier of urban and social space. It has identified itself as a new world dynamic as the authorities have turned to the issues surrounding their role on the global scene of a competitive city and developing living, living and moving conditions for its residents. As the Brazilian companies were established, were swallowed by the real estate market in recent decades, there are many companies that are busy with large real estate construction. Generating a segregation of urban space.

**KEYWORDS:** Construction of urban space. Inequality. Victory.

## 1 | INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do espaço brasileiro aconteceu praticamente ao longo do século XX, apesar de, ao contrário de expectativas de muitos, não superou características do período colonial e imperial que, no entendimento de Maricato (2003, p.151), continua com a concentração da terra e do poder, seguindo a lógica tradicional da força do “coronelismo” e da “política do favor”, ou ainda pela prática do jeitinho brasileiro.

Estudar as cidades e o processo de desenvolvimento urbano do espaço, consiste num grande desafio que, ao mesmo tempo, pode ser também observado na produção do pensamento, sobre a estruturação da sociedade. Ao construir alternativas para a sobrevivência humana, bem como sobre o modo como se constituem e se transformam as relações sociais, econômicas e políticas, verifica-se que a cidade foi se adensando continuamente de pessoas, habitações humanas e demais edificações relacionadas aos equipamentos coletivos.

Neste sentido, pretende aprofundar a compreensão sobre a organização das cidades em relação à produção do espaço urbano, tomado a partir da relação espacial e temporal para atender às necessidades do cidadão autor e modificador desse processo social, levando em consideração a construção do urbano.

Pensado o espaço urbano de forma organizada, democrática e acessível a todos como um espaço de inclusão e não de exclusão social, não é uma tarefa muito fácil. Às vezes é necessário sentir a cidade, com visões e anseios de um filósofo que busca entender os problemas gerais da humanidade ou do próprio arquiteto, na compreensão dos problemas sociais e humanos e na democratização desse espaço como direito social.

O presente artigo consiste numa pesquisa bibliográfica realizada em artigos sobre a temática em livros e revistas indexadas sobre o assunto, tendo como objetivo, analisar a constituição do espaço urbano e as expressões das desigualdades sociais, no processo de urbanização da cidade de Vitória – ES, no século XX, como fator modificador do espaço urbano e social. A abordagem metodológica utilizada, encontra respaldo no método de pesquisa bibliográfica, como um ensaio teórico e analítico, que privilegia o olhar comprometido com a análise e a apreensão das contradições que constituem a constituição do urbano, como o urbano expressa as desigualdades sociais e econômicas e o processo de urbanização da cidade de Vitória no século XX.

## 2 | A CONSTITUIÇÃO DO URBANO

Apesar de ideologicamente as cidades brasileiras no período colonial e imperial, terem sido consideradas sem importância, Maricato (2003) considera que estas

desenvolviam importante papel no processo de comercialização e financiamento dos bens primários comercializados no mercado europeu, que se intensifica com o fim da escravidão.

Historicamente, a definição do início do processo de urbanização e industrialização no Brasil, começa com a regulamentação do trabalho urbano, incentivo à industrialização e reforço do movimento migratório do campo para a cidade. Segundo Barros (2011) as “reflexões trazidas pelo século XX, que, na sua ânsia de captar a essência urbana” (Barros, 2011, p. 71), muitos estudiosos passaram a criar imagens diversas e critérios de produção das cidades. A cidade passa a ser vista como um sistema interligado a uma engrenagem social, revelando sua interação entre outras cidades

Para Barros (2011), a finalidade da cidade é um aglomerado de pessoas, uma rede, uma interação de relacionamentos sociais.

Esse conhecimento produzido pelos “intelectuais do século XIX” (Barros, 2011, p. 68), reproduz a cidade como um ímã; com a finalidade de atrair tudo a sua volta. Ao mesmo tempo que exerce essa função e o faz muito bem, separa (divide) e distingue toda as classes sociais, criando uma subdivisão entre elas.

Já no fim do século XX o retrato das cidades brasileiras está diretamente ligado à violência de todos os tipos como desmatamento dos recursos naturais, poluição da água, falta de saneamento, “segregação” do espaço e do “meio ambiente” como uma formar de “desigualdade social” e subdivisão das classes sociais” (MARICATO, 2003, p.151), aumentando de forma assustadora as áreas de concentração da pobreza e a ocupação do solo de forma irregular e sem qualquer infraestrutura.

Ao longo da década de 1990, houve um conjunto de preocupações para criação de cidades ambientalmente desejáveis, discutidas a partir da influência da Comissão das Comunidades Europeias, entre as quais a ideia de criação de cidades compactas, que reduziriam deslocamentos e promoveriam uma melhor qualidade de vida (COSTA, 1999). Essa proposta estaria comprometida com a utilização de áreas seriam de usos mistos, limitação de crescimento da cidade, promoção do preenchimento dos vazios urbanos, contribuiriam para uma menor distância entre o percurso casa-trabalho e por consequência, incentivariam o uso de transportes mais eficientes para pequenos percursos, conforme registo do autor.

Pensar em como o homem vêm se estruturando em sociedades, construindo alternativas para sua sobrevivência, bem como constituindo e transformando as relações sociais, econômicas e políticas, em meio ao adensamento que deste processo resultou, traz uma preocupação em se refletir sobre o aprofundamento sobre a compreensão acerca da organização das cidades em relação à produção do espaço urbano, tomado a partir da relação espacial e temporal para atender às necessidades do cidadão autor e modificador desse processo social.

Pode-se dizer que o século XX, foi de certa maneira, o século da urbanização. Considerando o processo de crescente urbanização dos últimos séculos, tem-se a revolução industrial como marco a partir do qual, a maior parte da população mundial

passou a viver essencialmente em centros urbanos de diversos tipos; forçados pela desvalorização da terra/campo, da produção, a falta de investimentos e infraestrutura no campo. Atraído as pessoas pelas ofertas de trabalho e melhores condições de vida propiciadas pelas inovações da modernidade.

Para Barros (2011), a ruptura de séculos de história, modificou radicalmente as atividades agrícolas dos séculos anteriores. Vistas hoje mais como uma exceção, do que como um ambiente natural, o espaço rural nesse século tornando-se também urbanizado, gerando uma grande eclosão de interesses de vários campos do saber, em estudar esse grande enigma e essa vasta trama de complexidade que se transformou a cidade e o espaço urbano.

Só nas décadas iniciais do século XX é que as metrópoles brasileiras foram vistas como avanço e modernidade em relação à representação arcaica que o campo fazia ao Brasil. A hegemonia agrária-exportadora só será superada no Brasil com a revolução de 1930, pois esta estimula o processo de urbanização e desenvolvimento do espaço e territorial, tanto em população, quanto em extensão geográfica (MARICATO, 2003).

A industrialização produziu as condições e o estímulo necessário para atrair o homem do campo para as cidades e seus empregos, devido as grandes dificuldades do campo. Forçando uma conseqüente migração populacional do tipo campo-cidade.

Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que a população mundial crescerá em mais de 2 bilhões de pessoas nos últimos 40 anos, ultrapassando o patamar de 9 bilhões de habitantes, e mais de 65% deles viverão em cidades (ONU, 2012).

Para Lefebvre (1968), a cidade é definida “como a projeção da sociedade sobre o terreno” (LEFEBVRE, 1968, p. 64). Em uma nova análise ele afirma “o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana) não o vemos” (p. 43) o urbano “é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de reunião, a simultaneidade” (LEFEBVRE, 1970, p. 159).

Já Castells, considerou “o espaço da produção como sendo o espaço regional e o da reprodução sendo o espaço urbano” (CASTELLS, 1972, p. 476).

Finalmente, Castells, definiu “estrutura urbana” como um “conceito que especifica a articulação das instâncias fundamentais da estrutura social no interior das unidades urbanas consideradas” (CASTELLS, 1972, p. 477).

Realizando um contraponto, entre as definições do século XX, mais precisamente nos anos de 1968 a 1972, de forma respectivamente nas definições de Lefebvre e Castells, a cidade era a projeção da sociedade, enquanto o espaço, era a reprodução do espaço urbano.

Nesse mesmo século, em meados dos anos de 2011, a reprodução da cidade, do que é ou significa ou deva ser uma cidade está ligada diretamente na sua “formação primordial e nas suas subseqüentes transformações” (BARROS, 2011, p. 73).

Transformações essa, que pode apresentar e representar, como um emaranhado de cabos, formando uma rede de “teias”, ligando todos os pontos, “organizando” de forma dinâmica todo o processo entre os atores sociais.

Embora, na maioria das vezes, quando a cidade não estar preparada para esse processo organizacional, de crescimento e desenvolvimento da cidade, o espaço público se apresenta sem qualquer infraestrutura (saneamento, transporte público de qualidade, acesso a moradia, acessibilidade, água encanada, luz elétrica, entre outros), esse processo de composição das metrópoles dentro do contexto político econômico se dá também nos dias atuais, muito deles, passando pelo caminho da política partidária. Ver a cidade como “produto” dentro do contexto capitalista, pode ter suas vantagens, mais traz, consigo seus desafios e limites (BARROS, 2011).

Nessa perspectiva, o processo de organização das cidades aparece como um dos grandes desafios para os gestores públicos, com visão de uma gestão efetiva, eficaz e eficiente, com infraestrutura e serviços urbanos que possam contemplar os interesses e as demandas de toda sociedade, que o processo de ocupação do solo, aconteça de forma organizada e planejada. De tal forma que a sociedade possa envolver-se como munícipes dessa elaboração.

Segundo Barros (2011), a marginalização social/negação e uma forma de segregação/exclusão, desse indivíduo (sociedade) do seu direito a cidade. Cidade essa que tem o dever de comportar de forma segura e igualitária todos os atores que fazem parte dela, independente da sua questão social ou até religiosa.

Para Maricato, essa “exclusão social não é possível de mensuração, mais pode ser caracterizada por indicadores como, baixa escolaridade, a raça, o sexo, a origem, a informalidade, exclusão política, falta de políticas públicas sociais e a pobreza, são apresentadas como forma de separação e distinção das classes sociais (MARICATO, 2003, P. 153).

Essa massa populacional (muitos vindo do campo/interior) que não foram envolvidas pelo mercado imobiliário e pelas grandes empresas, são empurrados para áreas de preservação ambiental, as encostas ou as áreas chamadas de “terra improdutivas”, nascendo ali mais uma ocupação irregular do solo, sem qualquer infraestrutura.

### **3 | COMO O URBANO EXPRESSA AS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS**

Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito a cidade. Podemos citar por exemplo a Região da Grande Terra Vermelha (RGTV), que por volta de 1988, foi ocupada de forma irregular e bancada pelos gestores públicos da época.

Hoje, “também denominada Aglomerado, Terra Vermelha, localiza-se na região sul do Município de Vila Velha, há aproximadamente 15 Km do centro e a cerca de 30 Km da capital Vitória, no Estado do Espírito Santo, com uma composição de 21 bairros” (OLIVEIRA, 2014, p. 44).

Passado mais de 30 anos, de construção de forma desorganizada e sem planejamento a grande Terra Vermelha, sofre com os alagamentos, enchente, lixo,

falta água encanada, energia elétrica, esgoto, segurança e a falta de uma política pública de habitação igualitária.



Figura I – Mapa base do Aglomerado

Figura II – Ortofoto do aglomerado de Terra Vermelha Terra Vermelha 2011

Fonte: Espírito Santo, 2004

Fonte: Espírito Santo, 2004

Essa mesma ocupação incentivada e bancada de forma arbitrária e sem qualquer responsabilidade pelo governo municipal naquela ocasião, foi tema na reunião do movimento nacional de lutas pela moradia, realizada em fevereiro de 1995, na cidade de Goiânia.

Segundo Maricato (2003, P. 159), “uma liderança do movimento de moradia do Estado do Espírito Santo revelou toda sua angustia e perplexidade porque um prefeito”, do município de Vila Velha, que incentiva a população a ocupar de forma irregular os manguezais e as encostas da cidade. Provocando uma degradação do meio ambiente e ao mesmo tempo oportunizava aquelas pessoas que estavam sedentas por um pedaço de terra para morar. Fica claro a tolerância e o comprometimento do Estado brasileiro com as ocupações irregulares e ilegal nesse país.

Segundo Maricato (2003, P. 157), os governos municipais, em alguns casos os estaduais são “condescendentes” com a ocupação ilegal do espaço urbano, devido seus compromissos políticos e apadriamento eleitoral, caracterizando assim um verdadeiro balcão de negócios políticos. Fato esses que podem ser comprovados pelos moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo; que convivem diariamente com poluição do ar (minério de ferro) em toda cidade, com a promessa que serão instalados filtros ou meios de redução dessa poluição e se necessário for, a empresa será multada ou interditar.

Essa empresa de siderurgia, uma das maiores da América Latina, produz e comercializa minério de ferro e outras substâncias, que causam inúmeros problemas de saúde a população e transtorno na malha rodoviária do município (caminhões, ônibus, vans), permanece atuando a todo vapor a mais de meio século e toda vez que se aproxima o processo eleitoral e o mesmo discurso raso e vazio dos políticos partidários de sempre, com a velha política de governo.

Embora, saibamos que na prática o processo de implementação das políticas urbanas de carácter social, visando um avanço na sustentabilidade, na acessibilidade dos indivíduos, uma política de ocupação do solo de forma ordenada e planejada, juntamente com uma política de habitação, não é uma tarefa fácil e preciso ter coragem, responsabilidade e compromisso social.

Mesmo com todos os obstáculos existente nas grandes cidades; dentro do contexto da “política partidária”, devemos levar em conta, que a população brasileira vive nos dias atuais com um auto índice de segregação socioespacial e exclusão urbana, com a contribuição direta dos gestores públicos.

Segundo Maricato, o processo de produção do espaço urbano, passa pelas correntes capitalista da década de 1970, destacando as lutas das classes sociais, organizadas da época. Nesse período as grandes empresas, visando cada vez mais o lucro, enxergaram no espaço urbano, um meio de produção e exploração, em função de seu valor de troca. Para eles, a cidade é vista como uma mercadoria, um grande negócio (MARICATO, 2015).

Dentro desse prisma, podemos definir o Espaço Urbano, como o espaço das cidades, um conjunto de ações que ocorrem em uma mesma integração local, com a composição de casas, edifícios, ações e práticas econômicas, sociais e culturais. No entanto, é preciso estabelecer uma distinção entre o espaço urbano e as cidades.

O processo conceitual de uma cidade, se passa pelo período histórico e as formações geográficas vivenciado na época. Podemos definir a cidade “como a projeção da sociedade sobre o terreno’ (VASCONCELOS, 2015, P. 20).

Para Scheffer e Kachaukje (2018), “a produção do espaço seria um meio de reprodução da vida social” (Scheffer & Kachaukje, 2018, p. 65). Ou “considera-se a cidade como espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas” (CORRÊA, 1995, P. 1).

Nesse íterim, podemos dizer que o espaço urbano é economicamente produzido, mas socialmente vivenciado, ou seja, apropriado e transformado com base em ações racionais e também afetivas da sociedade.

Para os professores Scheffer e Kachaukje (2018), existe “uma relação dialética” entre o espaço urbano e a sociedade, “em que um se realiza no outro”

Essa dicotomia entre eles, manifesta uma prática social que se concretiza espacialmente, onde a sociedade se apodera do espaço com um tempo predeterminado a sua reprodução histórica. Na maioria das vezes vinculados na concepção do espaço urbano, enquanto produto, criado pelo homem, para o reconhecimento da sua própria trajetória em sociedade.

Ficando claro, que o processo de produção do espaço urbano expressa de forma acentuada as desigualdades sociais e econômicas que foi construído e desenvolvido através das relações sociais. Estando ligados diretamente com meio de comércio entre os indivíduos. Esse mesmo processo, remete ao cotidiano presente, mais enraizado com o passado, trazendo um aprimoramento para os dias atuais.

## 4 | O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE VITÓRIA, NO SÉCULO XX

No meado do século XX, a cidade Vitória, no Estado do Espírito Santo, que estava fora das diretrizes da modernidade, encontrava-se em pleno isolamento político e social, em relação as demais regiões do Brasil.

A cidade Vitória, particularmente o centro, “passou por profundas transformações em seu espaço urbano na primeira metade do século XX, transformações essas” que modificou todo o “processo de modernização urbana” da cidade (GOMES, 2008, p. 79).

Nesse período a cidade, não contava com os grandes empreendimentos imobiliários e tão pouco com a elite capitalista, que existia em São Paulo e Rio de Janeiro, na época (Pires, 2006).

Esse processo de modernização da cidade de Vitória, que no início do século, era conhecida como a modernização do centro, aconteceu de forma sistemática entre os anos de 1908 a 1954, passando por três governadores estaduais (GOMES, 2008).

Essa dinâmica de modernização do espaço urbano com véis ideológico, segundo SIQUEIRA (2010, P. 2) “é na cidade que se dá a realização das mudanças promovidas pela modernidade, em um movimento dinâmico, abrangente aos diversos segmentos da sociedade: civil, política, econômica e religiosa, estendendo-se aos demais grupos que nela vivem e sobrevivem”, de forma democrática, social e igualitária. Embora esse processo não seguiu o ordenamento social da época, devido as políticas impositivas existente naquele período.

Sendo assim, foi necessário e providencial para a época, o desenvolvimento e crescimento da cidade, com a intervenção do estado (política de estado), impor de forma direcionada esse processo de ocupação do espaço urbano.

Essa modernização do espaço urbano, “passou a fazer intensas alterações nas cidades, onde o poder público colocou em prática os critérios técnicos, viabilizando as grandes reformas urbanas”, de interesse pessoais e por não dizer de cunho político, com intensas alterações no desenho da cidade. (SIQUEIRA, 2010).

Segundo Pires (2006), nos anos de 1908–1912 “o Espírito Santo, passou por sucessivas crises econômicas”, com a eleição e a condução de Jerônimo Monteiro ao cargo de governador/presidente do estado, estando a frente do governo, Monteiro “reduziu os salários públicos, cortou gasto com o funcionalismo, equilibrou as contas públicos’ e iniciou um grande processo de desenvolvimento do espaço urbano da capital, colocando assim, Vitoria no eixo do progresso que o país estava mergulhado naquela época, proporcionando uma política de cidade compacta, desenvolvida socialmente e acessível a todo cidadão (PIRES, 2006, P. 98).

Esse processo de desenvolvimento iniciou nas proximidades do porto de vitória, onde parte dos terrenos foram conquistas de aterros, dando início as primeiras ruas da cidade, sem qualquer planejamento e infraestrutura, tornando as ruas da capital um verdadeiro aglomerado de pessoas e veículos. Com o passar do tempo, viu ali um

crescimento desordenado da cidade, do número de veículos e a cidade não estava preparada para comportava, ou melhor, não absorvia toda essa população (SIQUEIRA, 2010).

Hoje, segundo Castro e Kanashiro (2015), há uma preocupação do Ministério das Cidades, com a implantação de um sistema de transporte coletivo eficiente, que não seja excludente e sim acessível a todas camadas da sociedade, visando proporcionar o acesso a cidade e ao espaço urbano de forma organizada e planejada.

Embora, a um contraponto dentro dessa afirmativa. Que fica bem clara que as cidades foram “desenvolvidas e planejadas” para a ocupação de formar acelerada dos automóveis e das grandes construções imobiliárias.

Porém, devido a destruição do meio ambiente e da segregação do espaço urbano, os gestores públicos, em uma corrida, de forma desesperada, vêm buscando alternativas, para desenvolver políticas público de acesso ao espaço urbano e a cidade.

## 5 | CONCLUSÃO

Falar das cidades, como a constituição do espaço urbano e as expressões das desigualdades sociais, no processo de urbanização da cidade de Vitória – ES, no século XX, como fator modificador do espaço urbano e social. da organização desse espaço, no qual a sociedade e tratada como ator principal nesse cenário, e romper o contexto tradicional da politicagem brasileira.

Com a implantação da política neoliberal, impulsionada pelos recentes governos brasileiros, o poder público tem se omitido da sua responsabilidade, de produzir uma cidade social, acolhedora, democrática, acessível e que possa desenvolver projetos, com a participação do cidadão, como pilar para a gestão da cidade.

Ao gerir esta cidade, se faz necessário a elaboração de uma política democrática, participativa, solidária, entre os atores sociais que ocupam o espaço urbano, trazendo para si a responsabilidade organizacional dessa cidade.

Esse espaço urbano, precisa se desenvolvido, produzido e reproduzido com a participação direta da sociedade (cidadão), seja ela civil organizada ou não. Hoje, existe uma preocupação da classe política partidária (política de governo) na produção desse espaço, para satisfazer exclusivamente as grandes empresas (automobilístico, do transporte rodoviário, industrial, petroquímicas, construtoras imobiliárias, entre tantas outros), centralizando e priorizando o capitalismo, com o conceito de “cidade-global”.

Com as ideias capitalista e com a corrente neoliberal, nos últimos anos, ocorreu um avanço nos meios de transporte individual (financiado pelo poder público) e um aceleração na produção de veículos e de motocicletas, incentivando uma corrida automobilística em todo território nacional, trazendo, além dos problemas de saúde pública, um crescimento da frota de veículos, de forma desorganizada na cidade (a cidade não estar preparada para esse recebimento) e um avanço no aquecimento

global.

Em momento algum, os detentores do poder público (gestores), pesaram nas condições da sociedade e tão pouco, desenvolver ou implementar políticas públicas sociais (reais, palpáveis e viáveis), para toda sociedade.

Quando olhamos todo esse cenário, desenvolvido nas cidades, não conseguimos visualizar no primeiro momento, a desigualdade e a segregação inserida no espaço urbano. E preciso, uma “lupa”, para pensar esse processo tão complexo que é a cidade e o espaço urbano, que abarca toda a sociedade, em alguns casos como coadjuvante, em outros, como meros telespectadores.

Enfim, é necessário pensarmos a cidade, como um espaço urbano social, democrático, acolhedora, que não seja excludente e sim acessível a todas as camadas da sociedade e que as políticas públicas de habitação sejam colocadas em prática de forma efetiva, igualitária e que chegue a todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ANTP. Associação Nacional de Transporte Público. Disponível em: <<http://www.antp.org.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

BARROS, José D'Assunção. Acididade como forma específica de organização social e suas imagens nas ciências humanas. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.18, n.22, Minas Gerais, 1º sem. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, 3ª ed. [1972].

COSTA, H. S. d. M. Desenvolvimento Sustentável: Uma Contradição de Termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, Número 2: 55 – 71. 1999.

GOMES, E. R. **A Modernização Urbana do Centro de Vitória (ES)**: considerações preliminares sobre a geografia do passado de uma cidade. *Geografares (Vitória)*, v. 6, p. 73-87, 2008.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004. [1970].

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b. [1968].

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. *Estud. av.* vol.17 no. 48 São Paulo Mai/Aug. 2003.

NETO, Vicente Correia Lima; CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; BALBIM, Renato Nunes. **Mobilidade urbana: O Brasil em transformação**. O papel do IPEA na construção do pacto da mobilidade, Rio de Janeiro: IPEA, novembro, 2015. DISPONÍVEL: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2148.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2148.pdf). Acesso: 18, julho de 2018.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Resgatando memórias de quem faz história**: a ocupação e transformação da Região da Grande Terra Vermelha-ES. *Revista Urutágua, Maringá/PR – Brasil*, n. 30, maio/outubro de 2014.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. **Vitória no começo do século XX**: modernidade e modernização na construção da Capital Capixaba. *Saeculum - Revista de História. João Pessoa* - nº 14, pp 94-106, jan./jun. 2006.

SILVA, Fernando Nunes da. **Mobilidade urbana: os desafios do futuro**. *Cad. Metrop.* São Paulo, v.

15, n.0, pp. 377-388, dez 2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX.** Cad. Metrop, São Paulo, v.12, n. 24, pp. 565-584, jul/dez 2010.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Thaislayne Nunes de Oliveira:** Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176  
Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167  
Assistencialismo 88, 103  
Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275  
Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292  
Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

### C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272  
Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277  
Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274  
Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194  
Clientelismo 59, 88  
Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103  
Coronelismo 49, 50, 59, 189  
Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60  
Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

### D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205  
Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5  
Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277  
Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277  
Desigualdade socioespacial 194  
Determinantes sociais 82, 287, 289  
Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292  
Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

### E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155  
Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291  
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272

Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

## **F**

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275

Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

## **G**

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

## **I**

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

## **J**

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184

Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

## **M**

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192

Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147

Medida socioeducativa 125, 154

Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258

Mercado de trabalho do assistente social 35

Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

## **N**

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173

Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285

Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

## **P**

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277

Política de habitação 194

Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

## Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

## R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

## S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

## T

Teoria social crítica 1, 2

## U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

## V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567